

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

QUAIS RUMOS APONTAM OS COMUNISTAS PARA AS ELEIÇÕES DE 2026?



O Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) publica seu novo posicionamento sobre a conjuntura das eleições burguesas de 2026 e apresenta uma atualização de sua tática eleitoral diante do desenvolvimento da luta de classes no país. No texto, são analisadas as principais candidaturas, os limites da conciliação de classes, a atuação da extrema-direita, a situação da esquerda brasileira e os desafios colocados para a construção de uma alternativa revolucionária e independente para a classe trabalhadora. **pág 6-7**

**O QUE FAZER?,
DE V. I. LÊNIN**
Nova edição do livro é
lançada pelo PCBR. **pág 2**

**O OUTRO LADO DO
PÉ-DE-MEIA:**
Lógica privatista coloca em risco a
permanência estudantil. **pág 12**

**DIA NACIONAL
DO ESTUDANTE:**
O que representa o 11 de Agosto para o
movimento estudantil no Brasil? **pág 11**

BANCÁRIOS EM LUTA:
Diante de lucros
bilionários, categoria inicia
campanha salarial. **pág 8**

Editorial

Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário!

Agosto inicia com duas datas de extrema importância para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário: no dia primeiro, comemoramos os 99 anos da União da Juventude Comunista (UJC), fundada em 1927; no terceiro dia, comemoramos três anos da publicação do Manifesto em Defesa da Reconstrução Revolucionária do Partido Comunista Brasileiro. Não foi à toa que o Conselho Editorial decidiu publicar, em Agosto, a primeira edição das publicações partidárias de nosso calendário: a obra *O Que Fazer? Questões candentes do nosso movimento*, de V. I. Lênin.

Em Agosto também comemoramos, no dia 11, o Dia Nacional do Estudante, data que relembra o histórico do movimento estudantil como força auxiliar do proletariado. Destacar a importância dessa data é essencial para a organização dos estudantes secundaristas e universitários, que travam diariamente suas lutas nos seus locais de estudo.

Dentro das tarefas que elencamos como prioritárias para o período, retomar o debate que Lênin travou em *O Que Fazer?* se torna algo de máxima importância, já que a construção de um processo revolucionário traz exigências concretas ao proletariado: é preciso teoria, é preciso estratégia, e é preciso tomar partido.

Agosto também marca um importante momento para a disputa eleitoral: é o momento que temos para refletir de maneira séria sobre o cenário das disputas que estão postas, entender com seriedade os programas apresentados e fornecer posições que respondam adequadamente não só as demandas da classe trabalhadora, mas de todas as demais camadas de oprimidos.

Por isso, sabemos que não é no terreno eleitoral que as mudanças necessárias para o Brasil virão. No parlamento podemos encontrar importantes pontos de apoio para a luta de classes, desde que nenhuma ilusão seja colocada nem nas próprias reformas do capitalismo nem na institucionalidade burguesa como campo privilegiado das lutas. Nosso posicionamento sobre o cenário das eleições burguesas de 2026 vem sendo construído desde o final de 2025. Apresentamos uma análise fundamentada no marxismo-leninismo e no próprio desenvolvimento das disputas eleitorais - considerando nesse percurso, inclusive, nossas próprias falhas.

No próximo período, o PCBR e a UJC estarão organizados internamente para reflexão e debate sobre o processo eleitoral e a nossa posição. Para isso, retomar textos clássicos como *Uma Questão de Tática* (1899), de Rosa Luxemburgo, *A Era das Reformas* (1903) e *Qual é a Atitude dos Partidos Burgueses e do Partido Operário Frente às Eleições para a Duma?* (1906), ambos de V. I. Lênin, e *Os Partidos Comunistas e o Parlamentarismo*, documento da Internacional Comunista no 2º Congresso da III Internacional (1920) são um dos passos fundamentais para os comunistas.

No cenário atual, compreender os limites das concessões insinceras e os ataques à classe trabalhadora em projetos de solução para a crise do capitalismo será uma condição sem a qual nossas bandeiras não poderão ser levantadas com força para a elevação da consciência da classe trabalhadora.

Quando muitos repudiam o marxismo, anunciam a eternidade do capitalismo, substituem a estratégia revolucionária pela disputa de oportunidades imediatas, seguimos convictos da atualidade da máxima de Lênin que condicionou o movimento revolucionário à teoria revolucionária!

Política

Nova edição de *O Que Fazer?*, de V. I. Lênin, é lançada pelo Em Defesa do Comunismo, selo editorial do PCBR

A publicação recoloca em circulação uma das obras fundamentais do marxismo-leninismo, acompanhada de uma apresentação que busca situar sua atualidade para os desafios da organização revolucionária e da construção do Partido Comunista

Por Stella

Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário. A célebre frase de V. I. Lênin será tão melhor compreendida quanto mais próxima estiver da ideia da necessidade histórica da construção do Partido de vanguarda. Lênin formulou incansavelmente sobre a indissociabilidade entre trabalho prático e teórico, sem se afastar por um centímetro do método próprio para que isso fosse possível, travando uma profunda disputa teórica contra o oportunismo, o revisionismo e o localismo. *O Que Fazer? Questões candentes do nosso movimento* é um marco desse histórico do esforço de Lênin em traduzir em teoria organizativa respostas para todo o movimento operário russo.

Uma nova edição de *O Que Fazer?*, editada pelo selo editorial propagandístico Em Defesa do Comunismo, estará disponível a todos aqueles que estejam interessados em não apenas tomar consciência das ideias formuladas por Lênin, mas que desejam compreendê-las a partir da sua necessária aplicação na atualidade.

Ao mesmo tempo, nossa primeira publicação em livro também nos relembra que não pode haver Partido Comunista sem trabalho editorial. A circulação de ideias, e o próprio desenvolvimento da luta teórica que a conjuntura nos impõe, é parte nevrálgica do nosso movimento. Em cada período histórico, a produção editorial disponível aos revolucionários diz muito sobre as disputas que eram travadas pelos revolucionários. A recepção do marxismo e dos ideais bolcheviques no Brasil, por exemplo, é um dos elementos fundamentais para compreender o período anterior à fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922 e o desenvolvimento do movimento comunista brasileiro por todo o século XX.

Por isso, reforçamos o disposto no Prefácio à edição, redigido pelo camarada Gabriel Lazzari, Secretário-Geral do PCBR:

“Como, então, olhar, à luz da ortodoxia marxista-leninista presente em O Que Fazer?, os desafios contemporâneos? Um estudo como esse exige maiores aprofundamentos do que um prefácio. No

entanto, algumas pistas estão dadas: o trabalho comunicacional, a política com independência de classe, o combate aos desvios burgueses e pequeno-burgueses no seio do movimento operário. O trabalho comunicacional ganha novos desafios na era da internet, em que, diferentemente na era da predominância da mídia impressa, a tendência à fragmentação e à individualização se contrapõe diretamente à forma organizada e coletiva da vanguarda. A política com independência de classe, sob a democracia burguesa e seu alto nível de construção de “consenso” junto aos trabalhadores, encontra maiores dificuldades. Os desvios burgueses e pequeno-burgueses, particularmente na quadra histórica contrarrevolucionária que vivemos desde os anos 1990, estão disseminados amplamente no movimento dos trabalhadores. Dar as respostas para essa pergunta é, como disse Lênin, nossa forma de “sonhar” com nossas tarefas. Não será o arrastar-se na lama da “Realpolitik” burguesa e pequeno-burguesa abandonando nossos “sonhos” pelo “possível hoje” que venceremos; tampouco será admirando nossos “castelos no ar”. É preciso trabalhar esrupulosamente para dar o salto adiante.

A tarefa dos comunistas segue, no século XXI, a tarefa de construir (ou reconstruir) revolucionariamente o partido de classe, a vanguarda proletária, o Partido Comunista. Esperamos que o estudo aprofundado e sempre renovador de O Que Fazer? seja um ponto de apoio para essa caminhada longa e que exige paciência dos que entendem, verdadeira e profundamente, a necessidade do caminho correto ao comunismo.”

Mais de um século após sua publicação, *O Que Fazer?* permanece como uma obra indispensável para todos aqueles comprometidos com a organização revolucionária da classe trabalhadora. Que esta nova edição contribua para ampliar seu estudo, fortalecer o trabalho teórico e prático dos comunistas e reafirmar que a construção do Partido de vanguarda exige, ontem como hoje, clareza política, disciplina organizativa e firmeza na luta pelo comunismo.



Acompanhe os eventos de lançamento por todo o país em nossas redes sociais e adquira seu exemplar com a militância do PCBR na sua cidade!

Assinando o nosso apoia-se com brinde, você receberá um livro junto à edição de setembro!

acesse em apoia.se/jornalofuturo



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Sindical

Trabalhadores da AlmaViva em Fortaleza rejeitam proposta de arrocho e abusos no telemarketing

Proposta rebaixada de ACT do Sintratel-CE e AlmaViva é rejeitada por mais de 80% dos trabalhadores em assembleia.

Por João Lucas

Na segunda semana de junho, o Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado do Ceará (Sintratel-CE) realizou uma assembleia com os funcionários da empresa AlmaViva Experience, braço do conglomerado italiano AlmaViva Group que atua no Brasil no setor do Telemarketing. A pauta da assembleia foi a apresentação da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2026 elaborada pela empresa e sindicato, que foi rejeitado por ampla maioria pelos funcionários da empresa.

O Acordo Coletivo apresentado para a assembleia incluía o pagamento do retroativo abaixo do que é devido aos trabalhadores e um reajuste salarial mínimo. Desde janeiro, o salário dos funcionários está desatualizado, e para os operadores ainda está sendo pago o valor do salário mínimo de 2025 (R\$1.518). A proposta de ACT é de estabelecer o pagamento do salário mínimo de 2026 (R\$1.621) e o pagamento do retroativo no valor de R\$250, que não corresponde ao valor perdido pelos trabalhadores durante os últimos seis meses, que é de R\$618.

Na prática, os trabalhadores estavam recebendo menos do que deveriam e que lhes é assegurado por lei e a empresa não pagará a diferença correspondente. A proposta indignou os funcionários que enfrentam uma exploração constante na empresa, que é parte de um setor constantemente denunciado pelo volume de abusos cometidos no ambiente de trabalho.

Por meio do Comitê Pelo Fim da Escala 6x1 (Fortaleza) os trabalhadores da empresa já enviaram diversas denúncias sobre as condições de trabalho na empresa. O tempo de pausa para usar o banheiro, segundo essas denúncias, é limitado a 10 minutos por dia, com os supervisores proibindo que se faça o uso durante os horários de pico de ligações e, durante a madrugada, limitando o uso à cinco minutos por considerarem “menos necessário”.

Além da extensa jornada de trabalho, que chega a sete dias de trabalho consecutivos, trabalhadores relataram, por meio do Comitê, que já presenciaram colegas que tiveram familiares em situação de alto risco à saúde não serem libera-



Trabalhadores do telemarketing em panfletagem em frente à AlmaViva, em Fortaleza (CE). Foto: Jornal O Futuro

dos pela empresa, que descontou o tempo fora do posto pela ocorrência do banco de horas.

O lucro líquido da AlmaViva foi de R\$150.201.075 no ano de 2024, contrastando com as condições de trabalho e o salário dos funcionários, que denunciam abusos constantes e não tem seu salário e demais direitos pagos corretamente. Esse lucro vem ao custo do desgaste mental e físico, a extensa jornada de trabalho, os abusos e metas cobradas pela empresa para com os seus trabalhadores.

A direção do Sintratel-CE, formado para ser uma entidade de luta que representa e defende os direitos dos trabalhadores, na prática fecha os olhos para as denúncias e tenta “mostrar serviço” negociando dias de folga com as empresas do telemarketing para serem sorteados. As reclamações tanto para a empresa quanto para a diretoria do sindicato explodiram após a assembleia em que o ACT foi apresentado, com denúncias veiculadas nas redes sociais de forma independente.

Recebemos relatos de que gestores das operações fizeram

uma intensa campanha para coagir os operadores a aceitar a proposta de ACT. Foram utilizados diversos métodos e discursos para intimidar os trabalhadores e fazê-los aceitar a proposta, com argumentos como “se não aprovar essa proposta, depois pode vir uma proposta pior” ou “justificativas” para a precarização do trabalho alegando que “os operadores de telemarketing não são integralmente protegidos pela CLT, por isso não tem todos os direitos”.

Apesar das tentativas patronais, o acordo foi rejeitado por mais de 80% dos votantes. Nesse momento, os trabalhadores estão reivindicando que seus direitos sejam cumpridos, como o pagamento integral do retroativo, com atualização conforme inflação acumulada do período, incluindo FGTS e Vale-Alimentação, reajuste do vale e respeito às condições dignas de trabalho, acabando com as metas absurdas e as regras de controle do uso do banheiro.

A luta pelo fim da escala 6x1, reduzindo a jornada de trabalho sem redução de salários, se mostra prioritária para a categoria que so-

fre constantes absurdos. Enquanto seus direitos são cortados e sua carga de trabalho aumenta, os bolsos da empresa se enchem com o lucro produzido pelo trabalho dos funcionários.

A rejeição do ACT pelos trabalhadores da AlmaViva não é um detalhe da negociação. É um recado político. É a demonstração de que haverá resistência ao arrocho, à fraude fantasiada de acordo e à tentativa de empurrar à categoria mais um ataque em nome da “mediação” entre patrões e empregados. Quando a empresa lucra mais de R\$ 150 milhões em um ano e, ao mesmo tempo, se recusa a pagar integralmente direitos básicos, fica claro que o problema nunca foi administrativo, mas sim uma expressão nítida da lógica de exploração que estrutura o setor de telemarketing.

Também fica exposto o papel da direção sindical quando abandona a organização da luta para atuar como gestora do descontentamento. Um sindicato que silencia diante de denúncias de abuso, naturaliza o descumprimento de direitos e leva à assembleia uma proposta rebaixada não fortalece os trabalhadores, fortalece a empresa. A revolta que emergiu após a votação mostra que existe disposição de luta na base e que a categoria não aceita mais pagar pela crise com salário defasado, jornadas exaustivas e humilhação cotidiana.

A tarefa colocada agora é transformar a indignação em organização. Garantir o pagamento integral do retroativo, barrar o rebaixamento salarial, enfrentar os abusos no local de trabalho e levantar com força a luta pelo fim da escala 6x1, reduzindo a jornada de trabalho com uma escala 4x3 sem prejuízo nos salários.

Não há saída individual para um regime de exploração que adoece, desgasta e descarta trabalhadores em nome do lucro. Ou a categoria se organiza de forma independente, com mobilização real e controle da base sobre sua própria luta, ou a empresa seguirá lucrando enquanto a miséria, o cansaço e o adoecimento seguem recaindo sobre quem produz toda essa riqueza.

Conheça o movimento de oposição sindical dos trabalhadores de telemarketing do Ceará

Para construir conosco entre contato com @telemarketingemluta.ce no Instagram!



Economia

Alcolumbre segue travando votação do fim da 6x1 e governistas insistem na conciliação

Após reunião com Alcolumbre, presidente da CUT deu declarações elogiosas em relação ao presidente do Senado e demonstrou estar convencido da aposta na política institucional e de seus acordos “por cima”

Foi aprovado em 27 de maio, na Câmara dos Deputados, o texto da proposta de emenda à Constituição n.º 221/2019, destinada a acabar com a escala de trabalho de 6x1. Em seguida, ele foi encaminhado ao Senado Federal para deliberação. Contudo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tem se recusado a dar continuidade ao trâmite, atendendo aos interesses de entidades patronais e arrastando um possível retorno do debate para meados de agosto.

Diante da sabotagem empreendida pelos setores mais comprometidos com os interesses da burguesia, o governo do presidente Lula, as centrais sindicais e organizações ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), sustentam a mesma aposta na conciliação e na institucionalidade.

A atuação da CUT e o reforço da desmobilização

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras entidades sindicais se reuniram com Alcolumbre, no último dia 01 de julho, para discussão do andamento da PEC já aprovada na Câmara. Após a reunião, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, deu declarações elogiosas em relação a Alcolumbre e demonstrou estar convencido da aposta na política institucional e de seus acordos “por cima”, aguardando os trâmites regulares e convocando mobilizações apenas em caráter protocolar.

Nobre ainda enalteceu o conteúdo do texto aprovado na Câmara e destacou que teria sido fruto de um acordo entre entidades patronais, trabalhadores e congresso. Na mesma ocasião, a líder do governo no Senado, Teresa Leitaõ (PT-PE), sinalizou que não havia ainda definição do calendário para votação da PEC. Os reduzidos atos convocados pela CUT no dia anterior apenas refletem os efeitos da tática desmobilizadora.

Na falta de pressão efetiva, o tema foi travado por Alcolumbre no 1º semestre, que busca ganhar tempo. O recesso parlamentar se encerra em 01 de agosto, com o retorno já marcado pelas discussões “de véspera” das eleições. Apesar de declarações iniciais em tom otimista de representantes do governo e entidades ligadas, já se espera que Alcolumbre mantenha seu empenho para travar a questão até depois das eleições, visando não comprometer os senadores que estão em campanha com um voto que poderia desagradar os interesses do patronato.

A aprovação na Câmara se



Reunião entre Davi Alcolumbre e representantes de centrais sindicais. Foto: Pedro Gontijo/Senado Federal

deu em dois turnos, por três quintos dos parlamentares daquela casa, com apenas 19 votos contrários. A quantidade expressiva de deputados que votou a favor mostra o peso do tema junto à sociedade. Agora, o caminho de aprovação da PEC deverá passar pela aprovação no Senado, também em duas votações por três quintos dos senadores.

Alternativas de enfrentamento foram rejeitadas pelo governo

Contra a paralisação, o governo petista teve a oportunidade de manter em tramitação no regime de urgência esse PL 1.838/2026. A medida seria uma forma de pressionar o Congresso, já que o regime de urgência em projetos do executivo tem o efeito de travar toda a pauta das casas legislativas caso não sejam decididos em 45 dias. Caso não votem o andamento do referido projeto, ou mesmo da PEC, os parlamentares teriam suas pautas paralisadas às vésperas da eleição.

A retirada da urgência no PL 1838/2026 aconteceu após negociações com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O acordo seria para permitir o seguimento dos trabalhos no Congresso e, em troca, o presidente da Câmara não daria andamento às chamadas “pautas-bomba” até às eleições. Essas pautas são aquelas com possibilidade de afetar a questão fiscal, que tem se mostrado, desde o início do terceiro mandato de Lula, a prioridade máxima do governo.

Apesar de adotar um discurso público em prol da aprovação da PEC o governo sempre deixa claro seus limites quando a pressão burguesa chama o enfrentamento a pautas que beneficiam os trabalhadores. As convocações de manifestações servem apenas como prenúncio de recuos. A redução da jornada de trabalho importa para o

governo petista, mas desde que nos termos acordados com entidades patronais, que cobram caro, fazendo enfrentamento, mesmo sobre o mais tímido avanço.

Expressão disso é a intensidade da luta travada por meio dos aparelhos ideológicos da burguesia, que seguem atacando a pauta da redução da jornada em diversas linhas. A mídia burguesa dá voz, invariavelmente, a especialistas que assumem o ponto de vista da lucratividade do capital. Eles argumentam que o fim da escala 6x1 acarretará custos e prejuízos. Tentam sustentar as taxas de lucro ao custo da saúde e das vidas dos trabalhadores.

Caso exemplar foi da Abrasel, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, que financiou postagens nas redes sociais favoráveis a Davi Alcolumbre. O objetivo foi defender a posição do presidente do Senado em travar a pauta. Nas postagens, os argumentos demonstram uma posição refratária às mudanças, reforçando o argumento de que é preciso “responsabilidade” no debate, dada a “magnitude” da mudança. As publicações alcançaram milhões de pessoas, inclusive sendo uma parte direcionada especificamente para o Amapá, Estado onde Alcolumbre tem sua base eleitoral.

Além dessas publicações, a Abrasel também chegou a impulsionar conteúdo em defesa da PEC da jornada flexível, prevendo o pagamento por hora trabalhada. São conteúdos que, mesmo não conseguindo derrubar totalmente a PEC 221/2019, buscam enfraquecer a mobilização em torno da pauta.

Os caminhos da luta proletária

A crítica à tática parlamentarista, que já vem sendo apresentada em matérias anteriores de O Futuro, tem como um de seus elementos centrais a denúncia da tática bur-

guesa de esfriamento da luta dos trabalhadores na pauta da redução da jornada como meio de desfiguração das conquistas proletárias. Para que a pauta seja arrastada no parlamento, por figuras como Davi Alcolumbre, é fundamental então amarrar lideranças pelegas de centrais através dos acordos de cúpula que abrem alas à demagogia eleitoreira pelos partidos que as dirigem. O retorno exigido pela burguesia é o esfriar das ruas e das mobilizações nos locais de trabalho.

O conflito entre capital e trabalho se expressa abertamente nessa luta e é justamente por isso que o apoio dos trabalhadores é esmagador à pauta do fim da escala 6x1 e da redução da jornada. Para além de ser uma reivindicação histórica do movimento operário, a pauta já demonstrou sua capacidade de tracionar a luta dos trabalhadores e alterar a correlação de forças entre as classes. A aposta na conciliação não apenas já rendeu um rebaixamento da pauta na Câmara anteriormente, como apresenta as condições para novas derrotas dos trabalhadores em troca de algo “aceitável” sob o argumento patronal de “responsabilidade”.

A conquista da redução da jornada deve ser compreendida como resultado da organização e da mobilização histórica da classe trabalhadora por meio da luta de massas, e não como uma concessão das instituições políticas. Nesse momento de luta defensiva geral, rifar o potencial aglutinador de luta ofensiva pela jornada de 30h e a implementação da escala 4x3 em prol de medidas consideradas “responsáveis”, por minimizarem o impacto nas taxas de lucro da burguesia, é refrear o potencial das lutas gerais da classe trabalhadora. Se qualquer vitória deve passar por uma aprovação congressual, enfraquecer a luta de massas através da conciliação é justamente o caminho que favorece os interesses burgueses.

Economia

A Copa das BETs: entre a Globo e a CazéTV, vence a indústria das apostas

Casas de apostas representam um dos segmentos mais lucrativos do mercado publicitário, oferecendo contratos milionários às emissoras, plataformas digitais e produtores de conteúdo

Por Gabriel Xavier

A Copa do Mundo de 2026 trouxe novamente o problema da invasão das transmissões esportivas pela publicidade das casas de apostas. Em praticamente todos os jogos, o espectador foi bombardeado por anúncios, inserções comerciais, patrocínios de programas, sugestões de apostas em tempo real e comentários que estimulam continuamente a participação nas plataformas de BETs. O espetáculo esportivo passou a ser uma vitrine permanente para um dos setores mais lucrativos e controversos do capitalismo contemporâneo.

A ênfase no problema ganhou mais força após a abertura de investigações sobre a CazéTV, acusada de promover publicidade abusiva ao incorporar sugestões de apostas, comentários sobre probabilidades de ganho e promoção comercial constante durante as transmissões dos jogos. A repercussão levou o governo federal a anunciar medidas para restringir esse tipo de propaganda, incluindo novas regras para anúncios e para a atuação dos próprios narradores e comentaristas.

A própria ascensão da CazéTV foi frequentemente apresentada como uma ruptura com o modelo tradicional das grandes emissoras, apoiando-se em uma linguagem mais informal e em uma relação aparentemente mais espontânea com seu público. No entanto, essa diferença de estilo não representa uma diferença de interesses. A forma de comunicar pode ser diferente da televisão tradicional, porém a lógica que orienta o negócio permanece essencialmente a mesma. Enquanto empresa privada, a CazéTV está sujeita às mesmas pressões econômicas que orientam qualquer outro grupo de mídia, como ampliar a audiência, atrair patrocinadores e elevar sua rentabilidade.

A TV Globo, que durante décadas exerceu posição praticamente monopolista nas transmissões do futebol brasileiro, também veiculou publicidade de casas de apostas e firmou contratos milionários com empresas do setor. A diferença é que, diante do crescimento de um concorrente capaz de disputar audiência e receitas publicitárias, o problema das BETs passou a receber maior destaque justamente quando atingiu a nova plataforma digital. Isso não significa que as investigações sejam ilegítimas, mas revela que interesses econômicos concorrentes também influenciam a forma como o debate público é conduzido.

Portanto, para os grupos de mídia mais tradicionais, não se trata de um mero problema ético, mas de eliminação de competidores. O consumidor aparece no discurso apenas enquanto argumento conveniente, não como verdadeira preocupação central. Quando as apostas geram receitas crescentes para todos os agentes envolvidos, pouco se discutia sobre seus impactos sociais. A questão ganhou urgência apenas quando a concorrência entre plataformas passou a alterar o equilíbrio do mercado.

Entretanto, concentrar toda a discussão na rivalidade entre Globo e CazéTV obscurece a questão principal. O problema das BETs não nasce da conduta isolada de uma empresa ou da personalidade de um influenciador. Ele decorre da própria lógica de mercantilização que caracteriza o capitalismo contemporâneo.

As casas de apostas comercializam uma promessa cuidadosamente construída, a possibilidade de enriquecimento rápido por meio do acaso. A publicidade procura transformar chances improváveis em oportunidades aparentemente

irresistíveis, recorrendo a influenciadores, narradores esportivos e campanhas emocionalmente elaboradas para estimular apostas sucessivas. Não por acaso, um estudo da *Brasil de Fato* sobre as transmissões da Copa mostrou que 61% das apostas promovidas ao público resultaram em perdas para os apostadores, confirmando que o modelo de negócios depende estruturalmente de que a imensa maioria dos consumidores perca dinheiro ao longo do tempo.

Assim como qualquer outra mercadoria, o entretenimento também é organizado segundo critérios de rentabilidade. O esporte de alto rendimento, especialmente um evento da dimensão da Copa do Mundo, deixa de ser apenas um espetáculo esportivo para converter-se em um espaço privilegiado de lucro, no qual cada minuto de transmissão, cada intervalo e cada interação com o público possuem um valor comercial. Nesse contexto, as casas de apostas representam um dos segmentos mais lucrativos do mercado publicitário, oferecendo contratos milionários às emissoras, plataformas digitais e produtores de conteúdo.

Se determinados formatos de propaganda, como sugestões de apostas ao longo da partida, comentários sobre probabilidades ou inserções publicitárias integradas à própria narração, aumentam a arrecadação dessas empresas, existe um incentivo econômico permanente para sua expansão. É precisamente essa dinâmica concorrencial que explica por que a presença das BETs se tornou tão intensa nas transmissões esportivas dos últimos anos, é a consequência lógica de um mercado em que a busca incessante pelo lucro orienta as decisões empresariais.

As iniciativas recentemente anunciadas pelo governo para restringir parte dessa publicidade, embora reconheçam que a propaganda das BETs produz riscos concretos à grande massa de trabalhadores, ainda permanecem tímidas e insuficientes diante da escala do problema. Limitar anúncios em determinados horários, estabelecer regras para a atuação de narradores e influenciadores ou exigir mensagens de advertência são medidas que podem reduzir alguns dos excessos mais evidentes, mas dificilmente alteram a dinâmica econômica que sustenta a expansão das apostas esportivas. Enquanto as empresas continuarem autorizadas a explorar comercialmente um modelo de negócio baseado na ampliação constante do número de apostadores e do volume de apostas realizadas, a publicidade encontrará novos meios de atingir o público.

Além disso, as consequências sociais desse mercado recaem de maneira desproporcional sobre a classe trabalhadora. Em um cenário de elevado endividamento das famílias, a promessa de ganhos rápidos torna-se especialmente sedutora para aqueles que enfrentam dificuldades materiais. Não são raros os casos de trabalhadores que comprometem economias acumuladas ao longo de anos de trabalho, contraem dívidas ou utilizam recursos destinados ao consumo básico na expectativa de recuperar perdas anteriores.

Trata-se de uma lógica que se alimenta precisamente da vulnerabilidade econômica de milhões de pessoas. Nesse sentido, uma política verdadeiramente eficaz não pode limitar-se à regulamentação da propaganda, mas deve enfrentar também os mecanismos econômicos que permitem às casas de apostas transformar a insegurança financeira da população em uma fonte permanente de lucro.

Cultura e Movimentos Sociais

João Sem Medo: o comunista que desafiou a ditadura e montou a Seleção do Tri

Por João Oliveira

Jornalista, treinador, militante comunista e comprometido com o Brasil, “João Sem Medo”, como era conhecido, deixou uma marca que ultrapassa em muito os gramados. Seu nome está ligado à construção da Seleção Brasileira de Futebol que conquistou o tricampeonato mundial em 1970, mas sua importância histórica reside também na coerência política com que enfrentou a ditadura empresarial-militar e defendeu suas convicções mesmo nos momentos mais difíceis da vida nacional.

Durante décadas, a memória de João Saldanha foi reduzida à imagem do treinador que antecedeu Zagallo na campanha da Copa do Mundo do México. Essa leitura, porém, esconde a dimensão de um dos mais importantes jornalistas esportivos brasileiros e de um militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), perseguido pelo Estado burguês brasileiro através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), preso por suas atividades políticas e permanentemente vigiado pelos órgãos de repressão do regime.

Sua trajetória demonstra que o compromisso com a transformação social jamais foi incompatível com o amor ao Brasil. Pelo contrário, como tantos comunistas brasileiros ao longo do século XX, João Saldanha compreendia que defender a soberania nacional, valorizar a cultura popular e lutar pelos direitos da classe trabalhadora faziam parte de um mesmo projeto de país.

Muito antes de assumir a Seleção Brasileira, Saldanha já era conhecido por sua atuação política e pelo trabalho como jornalista esportivo. Seu estilo direto, combativo e irreverente transformou a cobertura esportiva brasileira. Não fazia concessões ao poder econômico, aos dirigentes do futebol ou às pressões políticas. A mesma independência que demonstrava nas redações seria levada para o comando técnico da Seleção.

Quando assumiu a equipe nacional em 1969, o futebol brasileiro atravessava um momento de desconfiança. A eliminação na Copa do Mundo de 1966 havia provocado uma profunda crise, alimentando dúvidas sobre a capacidade da Seleção de voltar ao topo do futebol mundial. Em poucos meses, João Saldanha reorganizou o time, estabeleceu uma identidade tática consistente, recuperou a confiança do elenco e conduziu o Brasil a uma campanha impecável nas eliminatórias para a Copa de 1970.

Foi sob seu comando que se consolidou a espinha dorsal daquela que muitos consideram a maior seleção da história do futebol. Diversos jogadores que brilhariam no México foram mantidos e valorizados por Saldanha, assim como a estrutura coletiva que serviria de base para a conquista do tricampeonato. Embora Zagallo tenha conduzido a equipe durante a Copa e mereça o reconhecimento pela campanha vitoriosa, seria um equívoco histórico ignorar o papel decisivo desempenhado por João Saldanha na construção daquele grupo.

Leia na íntegra no site
jornalofuturo.com.br

Luta Ideológica

O desenvolvimento da luta eleitoral em 2026 e os rumos que o PCBR aponta

O Comitê Central (CC) do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) se reuniu no domingo, dia 26 de julho, para avaliar o desenvolvimento das forças em disputa nas eleições burguesas em 2026. Então Com este artigo, abrimos para o conjunto do movimento comunista e operário uma discussão de atualização de nossa tática eleitoral, desenvolvida e apresentada ao público em dezembro de 2025

As eleições burguesas em 2026 têm desenvolvido de maneira ainda mais acirrada as tendências principais já expressas pelo PCBR desde o XVII Congresso, exigindo dos comunistas um constante refino de sua tática. Por um lado, a extrema-direita, fragmentada mas com destaque para a candidatura de Flávio Bolsonaro, segue sua agenda de agitação demagógica, militarista e antipopular, apoiando-se em um projeto de espoliação e saqueamento do fundo público por oligarquias e milícias locais, cúpula militar e setores parasitários, que resulta em ataques frontais aos trabalhadores como o fim dos direitos trabalhistas, o fechamento do regime democrático burguês para uma versão autocrática e um anticomunismo prático e retórico. Por outro lado, a “Frente Ampla” de conciliação de classes representada pela candidatura de Lula, que apesar de restabelecer investimentos mínimos em alguns serviços públicos e garantir o funcionamento das instituições democrático-burguesas, expressam interesses contrários aos trabalhadores e mantém o país ancorado nas amarras do arrocho fiscal e da submissão ao capital financeiro. Apesar de expressarem diferentes formas de gestão do Estado, com impactos e métodos distintos para manterem a exploração do trabalho, ambas somente oferecem ilusão para a classe trabalhadora brasileira. Ambas concordam no essencial: para garantir o capitalismo em nosso país é necessário privatizações, redução de direitos trabalhistas e previdenciários. Mesmo

que o façam de maneiras distintas, seja pela destruição das condições de reprodução da vida via barbárie e predação, seja pela irrigação de lucros aos monopolistas e ao capital financeiro pela mão do Estado com uma cara “progressista”, ambas só oferecem aos trabalhadores as migalhas que caem da mesa dos grandes capitalistas.

Não consideramos que o enfrentamento da extrema-direita se dará por meio da construção de alianças com parcelas da burguesia, expressas hoje na frente ampla. Em primeiro lugar, porque a derrota das novas expressões do fascismo não ocorrerá nas urnas. Independentemente da vitória eleitoral, tais grupos mantêm seu crescimento devido à crise do sistema iniciada em 2008, e seu impacto nas taxas de desemprego, na perda de direitos da classe trabalhadora e nas demais respostas das classes dominantes para manter sua exploração — a exemplo da transferência de capitais para regiões periféricas e dos deslocamentos de imigrantes para países centrais. Em segundo lugar, porque, conforme apontado, o apoio aos partidos social-democratas e liberais aprofunda o capitalismo no Brasil e suas contradições.

No seio da “esquerda”, as respostas às pressões para enquadramento à ordem burguesa são distintas. Por um lado, vemos o PSOL de conjunto prestando apoio à Frente Ampla, ainda que com nuances por parte de algumas correntes. Os setores reformistas, majoritários no partido, reafirmaram sua adesão incontestada à conciliação de classes

e ao governo burguês; já os setores socialistas do PSOL, destacam-se não por sua oposição anticapitalista por princípio à social-democracia, mas por defenderem a tática de que a Frente Ampla seria um “freio de contenção” ao fascismo. A ala esquerda desse “campo”, aderindo à iniciativa da Bancada da Esquerda Radical, busca responder à submissão acrítica ao petismo com uma plataforma focada em reformas estruturais e na disputa do orçamento público que, apesar de suas boas intenções, estrutura um programa etapista, ou seja, mais planejamento estatal, reorientação da política de juros do Banco Central e uso de mecanismos como a Nova Indústria Brasil com contrapartidas sociais. Essa agenda, num cenário de terra arrasada, pode soar como um alento para setores da vanguarda, mas encontra seu limite ao confiar que o Estado burguês possa ser convertido em indutor do bem-estar social redistribuindo o fundo público para burguesias industriais. Deixar para segundo plano, mesmo que momentaneamente, a ruptura e a reorganização socialista do Estado — em uma solução etapista —, acaba por reeditar, intencionalmente ou não, a ilusão de que é possível gerir as contradições do capital a favor do trabalho, alimentando o próprio sistema que nos explora.

No outro lado do espectro, vemos a incapacidade da esquerda revolucionária em unificar-se sob um programa comum de medidas classistas e sob uma única candidatura no terreno das eleições majoritárias. PSTU, UP e PCB, cada qual a

seu modo, abandonaram a tarefa de constituir seriamente uma discussão programática e tática em comum no terreno eleitoral, que poderia ser um verdadeiro polo para a disputa das massas de trabalhadores para uma alternativa socialista. Nós mesmos, enquanto PCBR, também não tivemos a capacidade política e a força de agitação necessárias para ser a ponta de lança da superação dessa dispersão. Essa falha coletiva dos revolucionários acabou por cobrar um preço alto ao privar a classe trabalhadora de enxergar uma alternativa socialista coesa frente ao avanço da extrema-direita e às ilusões da conciliação.

2

O CC do PCBR tem autocriticado as posições que definiu nas eleições de 2024. A falta de apontamentos unificados e fronteiras de classe melhor definidas, combinada com a falta de candidatos do próprio Partido, nos levou a uma multiplicidade de apoios que, não raramente, seguiam critérios programáticos bastante débeis. O erro na seleção dos apoios estava na transposição mecânica da dinâmica de criação de unidade para as lutas de massas em geral para as lutas eleitorais em particular — um desvio impressionista, baseado em uma leitura espontaneísta e pouco científica do que seria a unidade sob um programa proletário para eleições, ainda por cima municipais, que tendem ainda mais à fragmentação e ao localismo, dois dos principais inimigos da unidade da classe trabalhadora.

Assim, quando elencamos nossa tática para o atual ano, buscamos superar essa debilidade apontando que o rumo deveria ser a unificação de todas as organizações revolucionárias sob candidaturas unificadas — construindo um programa que contasse com medidas programáticas convergentes com os interesses do proletariado e apontassem um projeto de país e de poder para a classe trabalhadora. No âmbito de outras candidaturas proporcionais, estivemos dispostos por princípio a prestar nosso apoio a candidaturas que i) não compõem o atual governo burguês; ii) são completamente independentes da burguesia; iii) defendem a revolução socialista no Brasil.

Paralelamente, apresentamos um camarada ao pleito eleitoral que pudesse ser a nossa voz na construção desse polo alternativo, em oposição frontal à extrema-direita e à conciliação de classes, e que apresentasse nosso Programa Socialista



Discurso de um deputado da Quarta Duma durante uma sessão no Palácio Táuride, São Petersburgo. Fonte: Site oficial da Duma Estatal da Federação Russa, History of the State Duma. Fotografia preservada no Arquivo Central Estatal de Documentos Fotográficos e Cinematográficos de São Petersburgo (ЦГАКФФД СПб).

para a Revolução Brasileira. O camarada Jones Manoel, que estaria à frente dessa tarefa, infelizmente rompeu com a tática eleitoral, o Programa e a estratégia do Partido, o que nos deixou impossibilitados de avançar por esse terreno.

Com as mudanças ocorridas, no cenário como um todo – a impossibilidade de apresentação de nosso Programa por meio de uma candidatura própria e a indisposição dos partidos revolucionários com registro eleitoral (UP, PCB, PSTU) em construir essa unidade –, é preciso redebater a tática dos comunistas.

✎

Em primeiro lugar, acreditamos que o ponto central dessas eleições é combater a falseada polarização entre extrema-direita e Frente Ampla, elevada à disputa central por determinados setores. Compreendemos essa polarização como produto do avançar da crise capitalista internacional e do esgotamento da direita democrática tradicional brasileira que faz com que, na aparência, a Frente Ampla seja o único escudo viável contra a extrema direita, mas, em sua essência, a médio prazo, prepare o terreno para o próprio retorno desta mesma extrema-direita. Aqui, não vemos qualquer espaço para semear ilusões: o apoio, explícito ou implícito, a Lula não se justifica de nenhuma forma, nem por este suposto “combate à extrema-direita”, nem por uma incapacidade dos revolucionários de se unificarem. Toda e qualquer concessão à Frente Ampla no primeiro turno, em que, mesmo não estando unificados, há alternativas eleitorais socialistas, é abandonar as fileiras da luta de classes para as fileiras da conciliação de classes. O nosso papel é, portanto, pensar como as atuais candidaturas socialistas existentes, mesmo que fragmentadas, possam ser usadas como momento de agitação e organização da vanguarda, criticando profundamente os limites da institucionalidade burguesa e construindo as condições para que a classe trabalhadora deixe de ser refém do “menos pior”.

Temos, assim, três candidaturas em questão, e apresentamos nossa avaliação sobre elas.

A candidatura de Samara Martins, pela UP, tem sido sem dúvidas a mais bem sucedida do ponto de vista de massas, por um trabalho comunicacional importante. Concordamos em geral com os temas apresentados pelos companheiros da UP. Entendemos que é uma cam-

panha que defende abertamente a sociedade socialista, o que vemos positivamente. No entanto, entendemos que falta um debate mais concreto na candidatura. A propaganda do socialismo está correta, mas aos companheiros da UP tem faltado apresentar suas visões sobre o atual governo de conciliação de classes nessa campanha, nem por que motivo se negaram a lutar por uma candidatura unificada, em um cenário de necessária unidade entre os revolucionários.

A candidatura de Hertz Dias, pelo PSTU, tem apresentado um programa com pautas proletárias corretas, criticando tanto a Frente Ampla, quanto à extrema-direita e, apesar de nossas divergências com os companheiros em inúmeras questões internacionais, não as têm apresentado na atual campanha ou em seu manifesto. Porém, ponderamos ainda mais duramente com o PSTU do que com os demais em torno da irresponsabilidade para com a unidade dos revolucionários: quando, ainda no ano passado, lançamos nossa proposição, os companheiros tinham as melhores condições em apresentar uma proposta unitária que pudesse unificar as legendas e, consequentemente, a esquerda revolucionária para a tática eleitoral. Não apenas não o fizeram, como abriram mão abertamente disso, ao negar agitar e pressionar as bases do PCB e da UP para que essa unificação pudesse ocorrer sob um programa unitário.

A candidatura de Edmilson Costa, pelo PCB, tem sido a mais fraca das três. Inicialmente, lançaram um manifesto da pré-candidatura que defendia uma “Revolução Democrática” como o rumo apresentado pelo partido às eleições. A correção, sem explicações, deu origem a um texto muito mais conciso, em que elencam medidas que tomariam se fossem governo. Não nos parece que a caracterização esteja também correta, porque não há condições de vitória e nem é parte das posições comunistas a participação em governos no capitalismo. A confusão também aparece em medidas ligadas à auditoria da dívida pública, à reforma agrária e em uma visão utópica sobre o internacionalismo, além de, como a UP, não abordarem concretamente as condições dessa campanha e o cenário eleitoral em si, se negando a criticar abertamente o governo Lula.

Dessa maneira, não consideramos que nenhuma das candidaturas tenha um diferencial em particular que possa ajudar na construção da unidade entre os re-

volucionários. O voto em qualquer uma delas é igualmente válido e expressa o sentimento de uma vanguarda expandida, que já rompeu com as ilusões na Frente Ampla e está disposta a cerrar fileiras contra um possível sexto governo burguês social-liberal do PT. Para além disso, precisamos usar o momento eleitoral para fortalecer a agitação e propaganda comunista, podendo até mesmo organizar debates com tais candidaturas, veicular a nossa posição e o nosso programa pelo Jornal o Futuro em cada local de trabalho, moradia e estudo. Podemos transformar estes espaços, que os nossos companheiros revolucionários com certeza estarão, mesmo que desunidos, em um local privilegiado para elevar a consciência da classe, tensionar os limites da democracia burguesa e construir a organização proletária para além das urnas.

✎

No âmbito das eleições parlamentares, entendemos que também nossos apoios serão parciais e críticos, pelos motivos elencados. Destaca-se, é óbvio, o peso de massas da Bancada da Esquerda Radical, que – mesmo composta por alguns lutadores que usam o palanque parlamentar como instrumento de denúncia das mazelas do capital – acabam por se orientar para ser a “consciência à esquerda” dos que apoiarão a Frente Ampla, seja por sua própria filiação partidária, como Renato Freitas, seja por diversos constrangimentos dos demais por serem parte do PSOL, um partido que também compõe o governo de Frente Ampla.

Entendemos, ainda assim, que o discurso e o posicionamento “radical” possa ter respaldo na massa dos trabalhadores e que, certamente, serão os candidatos mais combativos do campo que apoia Lula. Não ajudam, é claro, na conformação de uma unidade dos revolucionários, nem em sua base programática, nem pelos partidos pelos quais se lançam candidatos. Mas podem, pelos já demonstrados limites, fazer uma parte da classe trabalhadora que já está farta da política burguesa verificar, na prática, os limites de posições como essa, se eleitos. Não nos opomos a esses setores da classe e entendemos de onde vem suas angústias e de que maneira essas candidaturas, respondendo parcialmente a suas angústias, podem fazer avançar sua consciência até certo ponto.

✎

Não é no terreno eleitoral que as mudanças necessárias para o nosso país serão produzidas. Apesar disso, em nossa atual quadra histórica, o terreno eleitoral pode ser uma trincheira de agitação e denúncia, por ser um momento em que milhões de trabalhadores discutem diretamente os rumos do país e buscam respostas para suas necessidades imediatas. Cabe a qualquer comunista, de norte a sul do país, transformar esse momento para ressoar as lutas do proletariado e dirimir qualquer ilusão de que o Estado burguês possa ser humanizado por dentro ou de que a via eleitoral seja o fim em si mesma, um campo privilegiado das lutas. A Revolução Socialista virá pela organização da classe trabalhadora e da capacidade dos comunistas de, através de um trabalho paciente, disciplinado e constante, organizar-se como destacamento de vanguarda e dirigir a classe trabalhadora.

✎

Com base em todos esses elementos, o CC do PCBR insta aos trabalhadores e à militância comunista a se engajarem nos debates sobre as definições eleitorais que precisamos tomar para as eleições de 2026, compreendendo qual o papel dos comunistas em erguer o seu Programa e construir a agitação revolucionária no momento eleitoral. Nosso Partido organizará durante o mês de agosto diversas reuniões, desde as bases até a direção, para podermos chegar nas decisões que expressem os interesses do proletariado em luta e dar as bases para as nossas ações. Sem uma candidatura do PCBR, está claro que não teremos candidaturas comprometidas com o nosso Programa e com os rumos que apontamos para as lutas de classes, o que não é empecilho para demonstrarmos como o programa revolucionário é capaz de organizar a luta contra a austeridade fiscal, contra o desemprego, contra a violência policial e contra a destruição dos serviços públicos. Na luta parlamentar é preciso ter ainda mais cuidado e firmeza para que não confundamos o papel de um tribuno revolucionário com um iludido no papel da democracia burguesa. Não devemos tergiversar que a atuação na arena parlamentar configura-se somente como uma das táticas de luta para impulsionamento da organização independente da classe trabalhadora submetida à estratégia revolucionária.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Sindical

Campanha Salarial Bancária: uma década sem greve nacional e a necessidade de reorganizar a luta

A categoria bancária inicia mais uma campanha salarial diante de um cenário marcado por lucros bilionários dos bancos, intensificação da exploração e crescente adoecimento. É possível enfrentar essa ofensiva mantendo a mesma tática sindical que predominou nas últimas décadas?

Por Rhuan Maciel

Após dez anos sem uma greve nacional unificada, a categoria bancária inicia mais uma campanha salarial diante de um cenário marcado por lucros bilionários dos bancos, intensificação da exploração e crescente adoecimento. A experiência acumulada nesse período coloca uma questão central: é possível enfrentar essa ofensiva mantendo a mesma tática sindical que predominou nas últimas décadas?

A Campanha Salarial de 2026 acontece depois de um longo período de paralisia. Nesses últimos anos, os bancos aprofundaram reestruturações, reduzindo postos de trabalho, fechando agências e ampliando o controle sobre os trabalhadores.

Enquanto isso, os lucros do capital financeiro seguiram crescendo. Apenas os quatro maiores bancos do país encerraram 2024 com lucro líquido superior a R\$ 108 bilhões. Essa riqueza, somente possível de existir com o trabalho da categoria, não se converteu em melhores salários nem em melhores condições de trabalho.

Pelo contrário, crescem os casos de adoecimento mental relacionados ao trabalho, impulsionados pelo assédio moral, pelas metas, pelo medo do descomissionamento e pela insegurança permanente diante das reestruturações. Ao mesmo tempo, parcelas cada vez maiores da remuneração passam a depender de verbas variáveis, como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), aprofundando a defasagem do salário fixo.

Foi justamente esse processo que se expressou de forma mais evidente na Campanha Salarial de 2024, que sintetizou os limites da tática adotada pela direção majoritária da categoria, a CONTRAF-CUT.

Naquele ano, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), entidade que reúne os sindicatos patronais, apresentou uma proposta de reajuste de 4,64%, correspondente a menos de 1% de aumento real. Mesmo diante do descontentamento da base, o Comando Nacional, responsável nas tratativas pelos bancários, encerrou as negociações e pressionou para que suas bases aprovassem o acordo.

A resposta dos trabalhadores, entretanto, mostrou outra realidade. Em aproximadamente 19 estados a proposta foi rejeitada em assembleias, e mais de dez estados chegaram a deflagrar greves ou paralisações, entre eles Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro, Acre e Amazonas. Entre esses estados, destacou-se a Bahia, onde a greve foi impulsionada apesar da resistência da



Bancários presentes no ato contra o PL 2162/2023 (Lei da Dosimetria) em Brasília. Foto: Luciano Renato/Jornal O Futuro.

direção sindical. Nesse processo, o PCBR cumpriu um importante papel na organização e direcionamento.

Essas mobilizações demonstraram que existia disposição de enfrentamento pela categoria. Porém, sem uma coordenação nacional capaz de unificá-las, sem a adesão em bases tão importantes como São Paulo, Brasília e Minas Gerais, permaneceram isoladas e sofrendo retaliações pelos banqueiros, inclusive retirando a PLR diretamente da conta dos bancários nessas localidades.

A preparação da Campanha Salarial de 2026 tem sido acompanhada por um processo de debates entre sindicatos, oposições bancárias e associações de trabalhadores.

No Encontro Nacional das Oposições Bancárias, realizado em Brasília nos dias 4 e 5 de julho e noticiado na Edição 23 do Jornal O Futuro, foram discutidos os caminhos para consolidar uma atuação nacional e reconstruir uma alternativa de organização. Um dos principais debates envolveu a proposta de criação da Federação Nacional dos Bancários (FNB), com a participação central dos três sindicatos de oposição à CONTRAF-CUT. Parte dos envolvidos defendeu que a nova entidade organizasse uma mesa própria de negociação com a Fenaban. Entretanto, o PCBR entende que esse instrumento deve servir para articular as oposições e fortalecer a disputa política junto ao conjunto da categoria, evitando aprofundar sua fragmentação e lutando pela conquista das localidades que estão à mercê da política da CUT. Além desse debate, o encontro também

discutiu quais deveriam ser os eixos políticos da campanha salarial.

Nesse sentido, aprofundamos o entendimento de que a luta central deve ser em torno da disputa pelo salário, com o objetivo de incorporar as parcelas variáveis e reduzir a dependência dos trabalhadores em dispositivos de controle e critérios do banco.

Diante desse cenário, a Campanha Salarial de 2026 precisa recolocar no centro das reivindicações as principais demandas da categoria, mas não como uma simples pauta de negociação. Em primeiro lugar, a luta pela recuperação dos salários, com um reajuste de 35% capaz de recompor várias das perdas acumuladas nas últimas três décadas e a defesa de um piso salarial de 7.999,44 reais. É necessário erguer bandeiras capazes de dialogar com a realidade concreta dos bancários, a recuperação das perdas salariais, a valorização do salário fixo, a defesa da jornada de seis horas, o fim das metas, a proibição das demissões sem justa causa e o fim da terceirização, transformando essas reivindicações em instrumentos de mobilização e organização coletiva.

A própria história dos bancários demonstra esse caminho. Na greve de 1932, bancários lutavam por uma jornada de seis horas diárias. A conquista veio no ano seguinte, mas a luta não terminou ali. Novas greves nacionais, entre 1961 e 1963, garantiram o fim do trabalho aos sábados e consolidaram a jornada semanal de 30 horas. Em 1985, os empregados da Caixa Econômica Federal conseguiram terminar com

a distinção de economiários e bancários, onde realizaram uma greve nacional e conquistaram também a redução da jornada.

A experiência acumulada pela categoria demonstra que nenhuma conquista relevante foi resultado da boa vontade dos banqueiros ou da habilidade das mesas de negociação. Os avanços históricos sempre estiveram ligados à capacidade dos trabalhadores de construir grandes mobilizações nacionais e utilizar a greve como principal instrumento de pressão. Sem paralisações capazes de afetar o funcionamento do sistema financeiro, os bancos preservam ampla margem para impor sua agenda e aprofundar a exploração do trabalho.

A luta por salários, jornada, melhores condições de trabalho e estabilidade evidencia, na prática, que os interesses dos bancários são incompatíveis com os dos banqueiros. Quanto mais a categoria se organiza para defender seus direitos, mais se revela que eles se chocam com a busca permanente dos bancos por ampliar seus lucros.

Reconstruir a organização pela base e retomar a greve nacional significa, portanto, criar as condições para conquistar melhorias imediatas na vida da categoria e fortalecer sua capacidade de enfrentar a ofensiva patronal. Ao mesmo tempo, é por meio dessa experiência concreta de luta que se apresenta aos trabalhadores, de forma clara, a verdadeira contradição insolúvel de interesses e que a emancipação definitiva exige superar a sociedade dividida entre exploradores e explorados.

Agronegócio e Clima

China, agronegócio e dependência brasileira

Os recordes nas compras chinesas de soja brasileira evidenciam menos um avanço rumo à soberania econômica do que a permanência da inserção dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho

A intensificação das compras chinesas de soja brasileira nas últimas semanas reforça, à primeira vista, a posição privilegiada do Brasil como principal fornecedor de commodities agrícolas para a segunda maior economia do mundo. Dados divulgados pela Administração Geral das Alfândegas da China mostram que o país importou 12,08 milhões de toneladas de soja do Brasil em junho, uma alta de 13,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Ao mesmo tempo, as aquisições do produto norte-americano registraram forte retração, em um contexto marcado pelas tensões comerciais entre Pequim e Washington.

Esse movimento, todavia, não representa uma benesse ao agronegócio brasileiro, tampouco resulta de um acordo bilateral, como propaga o governo Lula. O aumento das importações chinesas responde, antes de tudo, à lógica de segurança alimentar e de diversificação de fornecedores adotada por Pequim diante das incertezas geopolíticas e das recorrentes tensões com os Estados Unidos. Em uma leitura superficial, esse movimento poderia ser interpretado como uma vitória diplomática do governo brasileiro ou como a consolidação de uma parceria estratégica entre Brasil e China.

Essa interpretação, inclusive endossada pelo governo Lula, ignora as transformações estruturais que vêm ocorrendo na logística de exportação brasileira. O aumento das compras chinesas não representa uma concessão ao agronegócio nacional nem, por si só, uma aproximação política entre os dois países. Ele responde, sobretudo, à estratégia de Pequim de diversificar seus fornecedores e garantir sua segurança alimentar diante da crescente instabilidade do comércio internacional e das tensões geopolíticas.

Paralelamente, o Estado brasileiro tem acelerado os investimentos em corredores logísticos destinados ao escoamento de commodities, especialmente na região amazônica. Esse processo fortalece o chamado Arco Norte por meio da expansão de hidrovias, portos, rodovias e projetos ferroviários voltados prioritariamente ao mercado externo.

Nesse panorama, o governo brasileiro aprofunda sua aposta no agronegócio como eixo central da inserção inter-

nacional do país. O lançamento do Plano Safra 2025/2026, com R\$ 516,2 bilhões destinados aos médios e grandes produtores rurais — o maior volume de crédito já disponibilizado para a agricultura empresarial — evidencia que a política econômica permanece orientada para ampliar a capacidade produtiva, a competitividade e as exportações de commodities agrícolas, enquanto relega a agricultura familiar a uma posição secundária.

Nesse contexto, o crescimento das exportações de soja deve ser compreendido menos como um sinal de desenvolvimento econômico e mais como a continuidade de um padrão histórico de inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho. A infraestrutura apresentada como modernização logística atende, sobretudo, à necessidade de acelerar o fluxo de commodities para o mercado asiático, ao mesmo tempo em que intensifica conflitos fundiários, pressões sobre territórios indígenas e comunidades ribeirinhas, avanço do desmatamento e concentração do poder econômico em torno das grandes tradings do agronegócio.

A China contemporânea, embora mantenha importantes setores estatais e públicos em sua economia, consolidou uma burguesia nacional capaz de exportar capitais e disputar mercados, investimentos e recursos naturais em escala global. Para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a inserção internacional chinesa não deve ser compreendida como uma alternativa emancipatória à hegemonia estadunidense, mas como parte das contradições do capitalismo contemporâneo e da competição entre grandes potências.

Sob essa perspectiva, o fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e China, especialmente no setor do agronegócio, não representa uma ruptura com a condição dependente da economia brasileira, tampouco constitui um avanço na luta pela soberania nacional. Pelo contrário, esses acordos reforçam um modelo de especialização primário-exportadora, no qual o país permanece como fornecedor de matérias-primas para a acumulação de capital em escala internacional, independentemente de qual potência concentre a demanda.

Segurança Pública

Redução da maioria penal é aposta na gestão repressiva da pobreza

Com 44 votos favoráveis e 18 votos contrários, a PEC de Redução da Maioridade Penal retorna em meio às eleições de 2026, sendo apresentada por setores da direita e extrema-direita como uma “solução” para a violência e criminalidade no país

Por Gabriela

No dia 10 de junho, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, com 44 votos favoráveis e 18 votos contrários. A proposta retorna em meio às eleições de 2026, sendo apresentada por setores da direita e extrema-direita como uma “solução” para a violência e criminalidade no país.

No entanto, o debate dessa pauta não é recente, visto que, historicamente, reaparece em momentos de agravamento da crise econômica, crescimento da sensação de insegurança e ascensão de candidaturas conservadoras, que se aproveitam do pânico moral e do medo social para angariar votos.

Desde 1988, com a Constituição, 57 propostas de endurecimento penal já foram protocoladas no Congresso Nacional, e entre os autores dos diferentes textos, estão o ex-Presidente Jair Bolsonaro (PL), em 1996, quando ainda era deputado federal, e seu filho, hoje pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), em 2019. Diante do cenário eleitoral de 2026, não é novidade que a pauta da redução da maioria penal seja utilizada por políticos de direita como vitrine de suas campanhas, sendo apontada como uma falsa alternativa para problemas sociais que são produzidos pela própria dinâmica capitalista de precarização da vida da classe trabalhadora.

O fortalecimento de políticas e mecanismos que impulsionam a repressão, letalidade policial e encarceramento em massa não vão solucionar os altos índices de desemprego no país ou a falta de perspectiva e deterioração das condições de vida da juventude. Além disso, é evidente que o endurecimento penal afeta majoritariamente a população pobre e negra, que já é maioria na população carcerária do Brasil. Apostar nesse caminho é justamente reforçar a seletividade penal racista dos sistemas carcerário e judiciário no país.

De acordo com dados publicados no Relatório de Informações Penais, até dezembro de 2025, havia, no Brasil, mais de 960 mil pessoas privadas de liberdade, sendo 571 mil pessoas pretas e pardas e mais de 128 mil pessoas entre 18 e 24 anos. Já os sistemas socioeducativos, destinados a pessoas que cometem crimes com menos de 18 anos, estão com uma taxa de ocupação de 83,31% no 3º bimestre de 2026, com 11.883 jovens privados de liberdade, sendo 8.607 adolescentes negros, segundo o painel público do Conselho Nacional de Justiça.

Ao mesmo tempo que a juventude negra é o principal alvo das políticas de endurecimento penal, também representa a imensa maioria das vítimas

de violência policial, ou seja, é constantemente associada à criminalidade e transformada em um inimigo interno a ser enfrentado, a fim de legitimar a atuação repressiva do Estado.

Assim como as práticas de violência policial, o projeto de endurecimento penal está diretamente vinculado a um processo de militarização da segurança pública, que promove investimentos em corporações policiais e impulsiona a continuidade de chacinas e execuções em periferias. Os setores políticos que apoiam a proposta da redução da maioria penal são os mesmos setores que apoiam as políticas de extermínio das forças policiais e o encarceramento em massa como forma de controle social.

Propostas de encarceramento em massa e redução da maioria penal não vão reduzir a criminalidade, pois além de expor menores infratores a um sistema prisional superlotado, em condições degradantes, diminui a possibilidade de ressocialização destes jovens e fortalece um projeto de segurança pública não voltada a garantia plena de segurança social, mas voltada a um projeto de policiamento ostensivo que produz mais mortes e mais violência.

Além disso, essa proposta pode ser lida como uma gestão repressiva da pobreza. Nela as vulnerabilidades sociais e econômicas, causadas pelo próprio capitalismo, são convertidas em criminalização, ou seja, a administração destas contradições não acontece por meio de políticas públicas e medidas que garantem direitos básicos, mas através do aparato penal e policial, afetando, principalmente, a população preta e periférica.

A luta de movimentos populares contra essa lógica racista e ostensiva de segurança pública é fundamental para barrar políticas da ordem burguesa que apostam na repressão para fomentar a criminalização de jovens trabalhadores. Foi a pressão das ruas que impediu o retorno da Gratificação Faroeste, foi o movimento das Mães de Acari que trouxe justiça para as vítimas depois de três décadas, e são as mobilizações que continuam dando fôlego para diversas mães que ainda estão na espera por justiça pelos seus filhos.

Por isso, é necessário uma ampla participação popular na luta contra os métodos de repressão do Estado burguês e contra o projeto de criminalização da pobreza. Somente com um amplo debate acerca da letalidade policial e da precarização dos direitos, será possível enfrentar e denunciar o papel do Estado burguês no projeto de subordinação e controle social, disfarçado de combate à criminalidade. Não se constrói segurança pública através da violência de Estado e do populismo penal, mas através da luta proletária pela garantia de condições dignas de vida para a juventude trabalhadora.

Luta Ideológica

CUBA: Mudanças econômicas adotadas representam sérios riscos

Na semana passada, a liderança cubana prosseguiu com importantes reformas econômicas e sociais (um total de 176 medidas organizadas em 23 categorias). Após uma sessão extraordinária do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, a Assembleia Nacional aprovou medidas que afetam todos os setores da economia

Publicado em Rizospastis, órgão do CC do Partido Comunista da Grécia (KKE). 30 de junho de 2026.
Tradução: Página 1917

Na semana passada, a liderança cubana prosseguiu com importantes reformas econômicas e sociais (um total de 176 medidas organizadas em 23 categorias). Após uma sessão extraordinária do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, a Assembleia Nacional aprovou medidas que afetam todos os setores da economia. Estas foram apresentadas como resposta à situação extremamente difícil criada pelo brutal embargo dos EUA, em vigor há mais de 60 anos, e, em particular, pelo bloqueio energético imposto desde janeiro deste ano, que tem exercido imensa pressão sobre o povo cubano.

As medidas aprovadas dão continuidade às diretrizes e reformas adotadas após o 6º Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 2011. Um ponto central é a promoção do investimento de capital privado estrangeiro em todos os setores da economia e a adoção de mecanismos de mercado como meio de alocação de recursos. Entre as mudanças mais significativas, destacam-se: as empresas estatais terão maior autonomia e, assim como as empresas privadas, poderão ser convertidas em sociedades anônimas, enquanto todas as entidades — incluindo pessoas físicas e investidores estrangeiros — poderão deter ações em quantas empresas desejarem.

Os empregadores privados poderão contratar mais de 100 trabalhadores e participar diretamente do comércio exterior; em outras palavras, o monopólio estatal sobre o comércio exterior será abolido. Além disso, o atual sistema de tabelas salariais nas empresas estatais será abolido e substituído por um salário mínimo que leve em consideração a inflação. Por fim, os níveis salariais serão determinados por meio de negociações entre empregados, sindicatos e empresas, e dependerão da capacidade financeira de cada empresa.

As disposições também introduzem mudanças nas relações de propriedade e reconhecem a distinção entre propriedade e gestão, mantendo, ao mesmo tempo, que “a propriedade social dos meios básicos de produção permanece”.

Nesse contexto, estão sendo concedidos poderes substancialmente maiores às autoridades provinciais e municipais para desenvolver a chamada economia local e os serviços públicos, incentivando, como já foi enfatizado, o investimento estrangeiro direto.

Um elemento fundamental das reformas é a reestruturação da gestão e do uso da terra para todos os agentes econômicos. O direito real de usufruto sobre a terra será concedido a entidades estatais, privadas e mistas, bem como a pessoas físicas e jurídicas, por prazo indeterminado e em uma área correspondente ao projeto apresentado. Isso se aplicará a todas as unidades agrícolas, florestais e produtoras de tabaco, bem como a projetos de desenvolvimento de ecoturismo e agroturismo. As cooperativas agrícolas também poderão participar diretamente do comércio exterior para exportar seus produtos e importar insumos e tecnologias agrícolas.

As reformas também preveem o estabelecimento de instituições financeiras privadas, incluindo bancos e casas de câmbio, que operarão sob a supervisão da Comissão do Mercado de



Fidel Castro, fotografado em 1964. Castro, mais do que qualquer outro líder político da história recente, possuía a estatura de um mito vivo em seu próprio país. Foto: Jung/Ullstein bild

Capitais (BCC) com base na mesma regulamentação dos bancos estatais.

Além disso, o setor turístico está sendo ainda mais aberto ao investimento privado por meio do desenvolvimento imobiliário, enquanto o chamado mercado de seguros também está sendo liberalizado. Essas medidas são acompanhadas por mudanças nos mecanismos de fiscalização, redução do número de ministérios e órgãos públicos e ajustes no arcabouço institucional e legal por meio das necessárias alterações legislativas.

Além disso, será permitida a participação de capital privado e estrangeiro na importação e comercialização de combustíveis, inclusive por meio da rede de varejo.

O primeiro-ministro do país e membro do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, Manuel Marrero, argumentou que todas essas mudanças não representam um retrocesso das responsabilidades sociais do Estado, mas sim “incorporam o reconhecimento dos mecanismos de mercado como meios para a alocação eficiente de recursos”. Ele acrescentou que “as medidas não constituem um desvio do plano

socialista, mas estão em consonância com a lógica de seu desenvolvimento”.

Contudo, o fortalecimento das relações mercantis e do mercado, juntamente com a erosão da propriedade social dos meios de produção, do planejamento científico centralizado e do controle operário — que constituem os princípios fundamentais da sociedade socialista — teve, como a experiência histórica da queda do socialismo na URSS e em outros países socialistas demonstrou tragicamente, consequências profundamente negativas para os povos. Da mesma forma, a predominância das relações capitalistas na China teve consequências negativas de longo alcance.

Uma análise crítica das mudanças promovidas em Cuba e do debate em curso em torno delas deve caminhar lado a lado com o dever dos comunistas de se posicionarem firmemente ao lado do heroico povo cubano, expressarem sua solidariedade incondicional, exigirem o fim do bloqueio bárbaro e de longa data imposto pelo imperialismo estadunidense e apoiarem a Revolução Cubana.

Juventude

O que representa o 11 de Agosto para o movimento estudantil brasileiro?

A história das entidades e do movimento estudantil revela como a defesa da educação pública acompanha as transformações da educação brasileira e os desafios da organização da juventude trabalhadora

Por João Lucas

O Dia do Estudante ocupa um lugar especial nas lutas da juventude trabalhadora e da educação. A data, celebrada dia 11 de Agosto, remete à criação dos primeiros cursos superiores de direito do país, em 1827, mas seu significado foi ampliado ao longo das décadas pelo movimento estudantil. Em torno dela consolidou-se uma tradição de mobilizações em torno da defesa do direito à educação, da permanência e do financiamento público do ensino, com os tradicionais atos unificados que acontecem nas principais capitais do Brasil todos os anos.

O direito à educação básica, reservado às elites durante os estágios mais iniciais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tornou-se universal formalmente já na constituição de 1938, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário. No entanto, ao contrário de representar uma iniciativa para o desenvolvimento humano e social progressivo, a medida surgiu em resposta à necessidade, em determinadas regiões do país, de formação de mão de obra qualificada para operar máquinas ou exercer funções que exigiam “maior complexidade” dado o desenvolvimento capitalista em ascensão no país.

Assim, a universalização da educação surge em resposta ao crescimento do proletariado (classe dos trabalhadores assalariados). A escola, antes restrita às elites, passa a incluir a formação de mão de obra para o mercado de trabalho no seu projeto, a depender do nível de desenvolvimento da região ou localidade, já que a urgência dessa formação se deu de forma desigual em todo o país em conformidade com o processo de desenvolvimento das forças produtivas. Por isso mesmo, os projetos educacionais expressariam interesses de classes distintas ao mesmo tempo que também fomentou diversas lutas pelo direito material de acesso à escola, já que a universalização constitucional era mera garantia formal.

Da mesma maneira, o acesso às universidades se torna cada vez mais assunto de debates. Os objetivos e as possibilidades de acesso das instituições de ensino superior passam a ser questionados. Apesar da expansão do ensino básico, as faculdades ainda eram reservadas quase exclusivamente às elites burguesas e militares. Esse cenário de disputa dos rumos da educação fez com que os estudantes passassem a se organizar, dando origem aos primeiros registros de movimento estudantil organizado em grêmios estudantis e diretórios acadêmicos.

É nesse contexto que surge



União da Juventude Comunista no 60º Congresso da UNE. Foto: Jornal O Futuro.

a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, para unificar as lutas dos estudantes em todo o país. Assim como os trabalhadores que lutavam pelo seu salário, direito a férias e folga, organizados principalmente em seus sindicatos, os estudantes passaram a construir suas próprias entidades para lutar por uma educação pública, gratuita, laica e crítica. Pouco tempo depois, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) foi fundada, em 1948, para organizar as lutas dos secundaristas de cada escola brasileira. Longe de “surgir do nada”, as entidades estudantis nascem das contradições de classe na educação, inaugurando-a como mais um terreno de luta aberta entre os interesses do proletariado e da burguesia.

O movimento estudantil, especialmente por meio da UNE e da UBES, teve papel importante na história do Brasil ao lado das lutas da classe trabalhadora. Sua participação na campanha “O Petróleo é Nosso!” evidencia que a defesa da educação sempre esteve ligada às disputas políticas e sociais mais amplas, articulando as reivindicações estudantis aos interesses imediatos dos trabalhadores e aos seus interesses estratégicos de construção do socialismo-comunismo. Nos dias de hoje, a disputa pela educação assume novas dimensões. A crise do capitalismo e o agravamento de suas contradições levam a burguesia a intensificar os ataques à educação pública. A ofensiva contrarrevolucionária mundial, encabeçada pela burguesia contra as conquistas da luta dos trabalhadores no século XX, dá origem ao programa neoliberal como projeto político das classes dominantes para estender sua dominação.

Para a educação, o programa neoliberal apresentou um conjunto de medidas de destruição do financiamento público e do horizonte de um ensino público, gratuito e

de qualidade. Além da reversão dos avanços conquistados, o neoliberalismo apresentou medidas que aprofundam ataques a patamares inferiores aos do século passado, como o PL nº 4.088/2023 que pretende substituir disciplinas como sociologia e filosofia do currículo da educação básica.

O perfil dos estudantes já não corresponde ao da universidade de meio século atrás. A ampliação do acesso permitiu a entrada de parcelas da população historicamente excluídas do ensino superior. Ao mesmo tempo, cresceram a participação do setor privado, a mercantilização da educação e as dificuldades de permanência estudantil.

Hoje, milhões de universitários trabalham durante o dia e estudam à noite, enfrentando jornadas exaustivas para conciliar emprego e estudos. Ao mesmo tempo, universidades públicas sofrem com restrições orçamentárias, problemas de infraestrutura, dificuldades no financiamento da pesquisa e insuficiência da assistência estudantil, resultado de políticas como o Arca-bouço Fiscal e o Novo Ensino Médio.

A resposta de setores oportunistas/reformistas dentro do movimento estudantil frente a essa ofensiva burguesa contra a educação é apostar cada vez mais fichas em governos de conciliação de classes. Dentro da UNE e UBES, o campo majoritário (composto pela UJS, Kizomba, JPL, Levante, Revide, Fogo no Pavio, etc) utiliza de métodos burocráticos para possuir o controle das entidades e tocar sua política oportunista que rejeita a luta de massas e submete o movimento estudantil à política parlamentar e de cúpula.

No lugar de convocar grandes mobilizações por uma Política Nacional de Assistência Estudantil, pelo fim do vestibular, do Arca-bouço Fiscal e Novo Ensino Médio, as entidades sob direção do oportunismo submetem sua ação aos políticos

social-liberais e à submissão aos governos de conciliação de classes.

Frente a isso, a principal tarefa dos comunistas dentro do movimento estudantil hoje é não só combater o programa da burguesia de destruição da educação pública e das condições de vida da juventude trabalhadora, mas também desmascarar as falsas alternativas apresentadas pelos oportunistas e seus programas. Não existe alternativa para os estudantes trabalhadores se não a luta por uma universidade e escola popular, que passa necessariamente pela posição de independência política das entidades frente aos interesses de qualquer governo burguês. A UNE e a UBES não podem ser aparelhos de sustentação do governo Lula-Alckmin, que ataca a educação tal qual governos de direita em suas políticas. Ao contrário disso, elas devem ser instrumentos independentes de mobilização e unificação das lutas dos estudantes trabalhadores!

A participação em cada assembleia de curso, geral ou dos estudantes de uma escola, da disputa de cada Diretório ou Centro Acadêmico, Grêmio Estudantil, entidades de base e gerais deve ser levada como oportunidade para a agitação, propaganda e divulgação do programa socialista do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que apresenta um projeto de Universidade e Escola Popular, que se chocam diretamente com a concepção de educação na sociedade burguesa.

Para retomar a UNE e a UBES para a luta pelos interesses estratégicos de nossa classe, cada célula, núcleo e militante da União da Juventude Comunista (UJC) deve estudar atentamente as teses que apresentamos aos congressos, nossas publicações, notas e brochuras, agitando-os em todos os espaços em que estivermos presentes, confrontando nosso programa diretamente com as falsas soluções propostas pelo oportunismo e reformismo.

Celebrar o 11 de Agosto é mais que uma tradição histórica, é um momento fundamental para refletir sobre nossas tarefas e o papel do movimento estudantil na luta de classes, como força auxiliar do proletariado. A UJC, juventude do PCBR, tem se organizado em cada momento e em diversas localidades levantando o programa do proletariado e defendendo a necessidade histórica da construção de entidades independentes dos governos para garantir as reformas necessárias para o movimento estudantil e apontar, ao mesmo tempo, para a unidade dos trabalhadores e estudantes para a tomada do poder e construção da ditadura do proletariado.

Juventude

Pé de meia tem papel na redução da evasão, mas oculta o projeto privatista para a educação

Embora a política de incentivos financeiros seja positiva, o tom excessivamente otimista do Governo Federal sobre a diminuição das taxas de evasão contrasta com a manutenção de políticas como o Novo Ensino Médio e o Arcabouço Fiscal

Por Jaqueline Tavares

Uma recente pesquisa do Governo Federal aponta para uma redução da evasão dos estudantes de Ensino Médio a partir da implementação do Programa Pé de Meia, o que tem sido propagado como uma grande vitória. Os dados apontam para uma redução de 6,4% para 3,6% de evasão escolar, além de uma diminuição nas taxas de reprovação. O contraste entre os dados quantitativos positivos apresentados pelo Governo Federal e a visível piora da qualidade do Ensino e do ambiente das escolas demandam, porém, um olhar mais atento. A manutenção do subsídio, ainda que positiva, oculta a política mais ampla do Governo Federal sobre educação: desmonte, privatização e sucateamento.

A melhora na educação pública não pode ser deduzida apenas a partir de taxas de evasão e reprovação. Embora esses dados sejam importantes para indicar a permanência dos estudantes na rede de ensino, eles pouco nos dizem acerca da qualidade do ensino, das oportunidades oferecidas a esses estudantes e as desigualdades que permanecem na formação desses estudantes. Os dados quantitativos indicam um aumento da presença dos estudantes na escola, mas poucos dizem o que vem ocorrendo dentro dela.

Desde 2016, com o Novo Ensino Médio implementado por Michel Temer e mantido pelos governos Lula e Bolsonaro, a qualidade do ensino oferecido, sobretudo nas escolas públicas, têm decaído. Com a adoção do Ensino Integral em escolas sem estrutura para isso, matérias improvisadas e redução da grade comum, o currículo tem atendido cada vez mais uma demanda mercadológica e “técnica”, prejudicando a formação integral e dificultando ainda mais o acesso dos estudantes das escolas públicas às universidades, uma vez que essa alteração de currículo não alterou o conteúdo dos vestibulares.

A nível federal, apesar do Pé de Meia ser um programa de assistência social, ele foi integrado ao orçamento da educação, diminuindo o total dos investimentos específicos para essa área. Essa alocação levou a uma redução de R\$ 685,9



União da Juventude Comunista no 60º Congresso da UNE. Foto: Jornal O Futuro.

milhões do orçamento das antes destinado às escolas integrais. Com a manutenção da lógica da austeridade fiscal, o que ocorre é sempre uma disputa entre programas e demandas importantes para a vida dos trabalhadores, enquanto o dinheiro público investido nesses é limitado. Ao invés da inserção do programa Pé de Meia no orçamento da assistência social ou um aumento do próprio orçamento da educação, o que ocorre é uma manutenção da austeridade, o que limita o impacto do programa e faz com que a verba destinada a ele concorra com outros setores da educação pública que já estão sucateadas, como é o caso das Universidades e Institutos Federais, cujos estudantes e trabalhadores têm se mobilizado denunciando as precárias condições da educação federal.

O programa da austeridade ocorre em paralelo com projetos de privatização. Uma vez que os serviços públicos estão sucateados, isso serve de desculpa para destinar esse serviços para a compra pela iniciativa privada, transformando em mercadoria direitos básicos como a educação. Um exemplo desse projeto tem sido a privatização de escolas estaduais sob o governo de Tarcísio de Freitas, com apoio do BNDES. Vemos que esse é um ataque da burguesia aos serviços públicos e aos trabalhadores que ocorre em diferentes esferas,

pela extrema-direita, mas também pelo petismo.

O desmonte da educação e a conjuntura não trazem, portanto, grandes perspectivas para a juventude. As dificuldades de acesso ao Ensino Superior e os salários baixos, desmotivam e desmontam o mito meritocrático que apenas estudar seria garantia de sucesso e melhora em suas condições de vida. O próprio valor do Pé de Meia, ainda que importante, é insuficiente para responder às demandas dessa juventude diante do aumento do custo de vida. Dentro das escolas, a falta de estrutura, a precarização das condições de trabalho dos docentes, o Novo Ensino Médio e a falta de esperança para o futuro são mais fatores de desmotivação.

Mesmo para aqueles que seguem estudando e que conseguem entrar na universidade, o cenário não é dos mais motivadores: nas universidades privadas, os custos são altos; nas universidades públicas, o Arcabouço Fiscal e as políticas neoliberais de desmonte e desfinanciamento têm dificultado a permanência dos estudantes. Ainda que a formação seja um caminho que possa melhorar aspectos como renda e empregabilidade, ela ainda não é garantia de emprego ou de uma vida melhor. Com a primarização da economia e o contínuo processo de desindustrialização no Brasil, empregos que demandam

alta complexidade são cada vez menos necessários. Até mesmo doutores não têm garantia de empregabilidade - diante da falta de vagas, a fuga de cérebros tem sido um problema frequente. Diante dessa desvalorização da educação formal e das dificuldades dos jovens trabalhadores em seguir estudando, não é difícil entender a desmotivação.

O fornecimento de um incentivo financeiro para a permanência nas escolas sem que esse seja acompanhado por uma política na melhora da qualidade ensino e no sentido da educação aumenta a alienação da escola para os estudantes. Alienação sempre presente devido o caráter burguês da educação hoje, o fomento à presença sem um interesse pelo estudo em si leva a uma ainda maior perda de sentido na escola, intensificando atritos, problemas de indisciplina, insatisfação e mesmo violência. A ida à escola se torna uma obrigação formal para garantir um valor mínimo, mas importante para a sobrevivência das famílias empobrecidas, em escolas cada vez mais sucateadas e esvaziadas de seu sentido formativo. Enquanto isso, os filhos da burguesia seguem sendo educados em escolas bem equipadas, com acesso à esporte, cultura e uma formação teórica densa, com tempo para estudo e sem as responsabilidades e obrigações de trabalho que os filhos da classe trabalhadora têm.

Embora a política de incentivos financeiros seja positiva, o tom excessivamente otimista do Governo Federal sobre a diminuição das taxas de evasão contrasta com a manutenção de políticas como o Novo Ensino Médio e o Arcabouço Fiscal, em um cenário em que a preocupação parece ser maior com divulgar positivamente os números do próprio governo do que garantir o desenvolvimento de uma educação de qualidade. O Pé de Meia ocorre em paralelo a um projeto geral de privatização e sucateamento da educação - embora seus efeitos de permanência sejam positivos, é preciso questionar qual tem sido a educação oferecida aos filhos da classe trabalhadora.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

